

ESCOLAS NA “PRIMEIRA REPÚBLICA”: PALCO DE PRODUÇÃO DAS TRADIÇÕES MODERNAS

Keila Cruz Moreira – UFRN

Eixo Temático: 03 – Cultura e práticas escolares

Este trabalho constitui-se da pesquisa de doutorado, ora iniciada, onde investigamos as práticas sócio-pedagógicas das instituições de ensino primário na chamada Primeira República (1889-1930), em Natal, enquanto instâncias privilegiadas na formação, divulgação e criação da identidade nacional republicana e suas tradições. Teremos como base a História, a educação e a memória, na tentativa de buscar uma versão que ainda não está suficientemente registrada na história.

Sendo assim, faz-se necessário certo rigor científico e imaginação na seleção do material empírico levantado e de descobrir num exercício crítico entender não só o que as palavras dizem, mas o que se dizem entre elas especificamente nas seguintes fontes: regimentos, leis, decretos, o jornal A República, arquivos públicos e privados no estado do Rio Grande do Norte e fontes bibliográficas que versam sobre a organização escolar e suas estratégias de inserção na modernidade. Através de tais fontes de pesquisa, poderemos tornar possível identificar as representações destas instituições de ensino, entre elas os grupos escolares, enquanto representação social em suas diversas formas de apropriações - empregos de uma cultura produzida no exterior, distinta da educação das aulas régias herdadas pelo período pombalino e as cadeiras isoladas do período imperial.

Quando tratamos dos estudos históricos em educação, temos formulações baseadas em matrizes teóricas e da empiria, recolhidas em fontes impressas e arquivistas, geralmente lacunares, irregulares e residuais. Assim, na construção e interpretação do passado, precisamos de uma mediação teórica, pelo qual o diverso e o disperso conteúdo das fontes históricas entram em ordem. Nesta perspectiva utilizamos a compreensão trazida por Clarice Nunes (1995) onde a articulação teórico-empírica se configura por sua interdependência revelada no esforço de enfrentar vários obstáculos como o da cristalização das interpretações históricas e sua crítica, a reconstrução das categorias analíticas e a própria narração das práticas históricas em pesquisa.

Demarcamos à priori, como campo teórico-metodológico as novas problematizações da História a partir dos elementos assinalados por Le Goff (1996; 2002) a modernidade e o sagrado; Chartier (1996) com a discussão sobre a imitação do uso de bens culturais, estratégias de distinção e a noção de apropriação; Burke (2002) a noção de memória social; Certeau (1994) as práticas sociais na escrita da história, Hobsbawm (2002) a discussão sobre a invenção das tradições, entre outros.

Nesta perspectiva, inicialmente observamos que findo o Império, a instalação do regime republicano, em novembro de 1889, representou, em última instância, a vitória da chamada burguesia urbana em formação insurgida contra o regime imperial e suas elites dirigentes, por sua estrutura social e econômica preponderantemente baseada na monocultura latifundiária, montada e preservada sob o trabalho servil escravo.

No tocante à Instrução Pública, a reforma instituída pelo Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Marechal Benjamin Constant Botelho Magalhães, regulamentava a instrução pública primária do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e no âmbito nacional, reservou-se a organizar o ensino secundário e superior, Bittencourt (1953). Apresentava apropriações liberais e positivistas a exemplo da liberdade de ensino, laicidade, gratuidade do ensino primário e a ciência como fundamento do currículo e do ensino em si (GONDRA, 1997).

Assim, embasado na Reforma Benjamin Constant, Pedro Velho, no Estado do Rio Grande do Norte, a par das regulamentações nacionais instituiu o sistema misto de organização, para prover a instrução primária potiguar. Ordena, através do Decreto nº 18, em 30 de setembro de 1892, uma regulamentação para instrução primária, na forma de sistema misto (Estado/Município) transferindo, portanto, para o Município os seus encargos, inclusive com a educação escolar e os vencimentos do professor, cabendo ao Estado arcar somente com subvenções.

A transferência maciça dos encargos educacionais para o município dificultou, assim como retardou, as mudanças e as inovações no campo da instituição pública. Sobre a implantação do sistema misto (Estado/Município) e seus resultados, esclarece-nos Nestor Lima, em *Um século de Ensino Primário* (1927, p. 151): “posta logo em execução, essa reforma do ensino, tão radical e tão precipitada, não tardou a produzir seus desastrosos resultados: era visível o declínio da instrução primária, cuja situação se tornava assás deplorável”. As escolas, em sua maioria permaneciam funcionando na casa do professor,

acrescentado ao seu salário o valor do aluguel por uma das dependências da casa, conforme aconteceu ainda no antigo Regime.

Neste contexto, a criação dos grupos escolares aparecem como representação de um tempo renovador, na arquitetura urbana e na formação de novas tradições, seu Regimento Interno será valorizado e utilizado como referência maior às escolas isoladas e rudimentares, modelos que com eles conviviam.

As Escolas Isoladas caracterizavam-se por se constituir em três ou mais cadeiras de ensino funcionando independentes uma das outras, podendo funcionar em um mesmo edifício. Elas podiam ser mistas, masculinas ou femininas, diurnas ou noturnas, utilizando o mesmo material e pedagogia adotada nos grupos escolares. Foram regulamentadas definitivamente em 18 de abril de 1925, através de Regimento Interno próprio (ARAÚJO, 1982). As escolas rudimentares eram as que atendiam bairros, povoados ou fazendas que contassem com mais de cinquenta analfabetos, podiam ser fixas ou ambulantes, diurnas ou noturnas. Recorriam também aos aspectos pedagógicos dos grupos escolares, mas apresentavam adaptações principalmente nos cursos noturnos, com programas e horários mais restritos.

Sobre esse prisma, fica claro que os grupos escolares representaram o padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes, orientando-nos a ressaltar a constituição destes, sem perder de vistas as demais instituições de ensino que participaram juntamente com eles na construção da modernidade potiguar.

Na concretização/apropriação dos novos ideais republicanos políticos, culturais e sociais que vivia a nação brasileira e o Rio Grande do Norte, os Grupos Escolares propunham-se a substituir as representações do mundo doméstico e religioso, presente na tradição, e aproximar-se de uma cultura urbana a fim de reformar o homem público para uma sociedade moderna. Tornaram-se fator de divulgação, apropriação da racionalidade da época e responsável por apontar as demais escolas a divulgação e criação de uma nova tradição.

Ao pensarmos na reforma da instrução primária (22/11/1907), observamos que um dos maiores obstáculos à consolidação de uma nova cultura escolar era a consecução de um espaço físico adequado às exigências da chamada pedagogia moderna. Para os intelectuais brasileiros e potiguares republicanos, tratados em seus estudos por Araújo (1995), Faria Filho, (2000) e Monarcha (1997), as suas concepções reformadoras careciam planejar e construir *novos espaços* apropriados às práticas pedagógicas e sociais pretendidas pelos professores e alunos.

Desta feita, é construído o primeiro grupo escolar da cidade do Natal, no Bairro da Ribeira, representativo pelas edificações das repartições públicas, Palácio do governo, lojas, além das paisagens do Rio Potengi e do mar. O grupo recebeu a denominação de Augusto Severo, homenagem ao intelectual, matemático e deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1892 a 1902), também aeronauta, que morreu em Paris em 12 de maio de 1902, quando conduzia seu balão PAX em companhia de seu mecânico, George Sachet.

O grupo escolar Augusto Severo deu início à reforma da Instrução pública no Estado do Rio Grande do Norte e continuidade ao projeto de modernidade para a sociedade potiguar, contemplando a construção de prédios escolares que correspondessem à racionalidade da época, inserida num amplo programa de investimentos na vida sócio-cultural da cidade do Natal.

A produção de novas necessidades, sob as representações dos ideais de progresso, civilidade, urbanidade, enquanto ato histórico, foram fundamentais a remodelação do perfil da cidade e de todos os serviços públicos. O projeto da modernidade em execução ampliava-se, renovando os serviços públicos no setor de saúde, higiene, polícia urbana, transporte e instrução, e firmava-se o intuito de favorecer uma nova racionalidade das práticas sociais e existentes modernas.

Assistiu-se, portanto, a remodelação do teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão), a inauguração do primeiro cinema, o Politeama; a instalação da Escola de Música; nas dependências do Grupo Escolar Augusto Severo, e a escola normal, funcionando no espaço do Atheneu Norte-rio-grandense. Na área de saúde, tendo em vista a preocupação sanitária, é promovido o aperfeiçoamento do abastecimento de água; sistema de esgotos com depuração biológica, aeróbia e anaeróbia, das águas; fornos de incineração; a criação do Hospital Jovino Barreto (hoje Onofre Lopes) e melhoramentos no Lazareto da Piedade, com uma seção para deficientes mentais. Outras benfeitorias, do Asilo de mendicidade Pe. João Maria, a rede de telefonia e de bondes elétricos, a casa de Detenção no Monte Petrópolis (hoje Centro de Turismo), adaptando a cidade a espaços reguladores, salubres e higienicamente projetados. Um empreendimento que, de forma enfática, ressalta a ciência e o progresso para confrontar, eliminando as práticas tradicionais e retrógradas, sob o influxo de apropriações modernas e civilizadas (MOREIRA, 1997).

É um momento nacional de cuidado extremado com a remodelação da instrução e dos espaços urbanos, materializados por meio do projeto de modernidade que se quer introjetar na subjetividade de uma população *incapaz* ou de *menoridade intelectual* como se refere Carlos Monarcha (1997). A população em geral e a criança em especial deveriam ser iniciados no novo modo de se conceber as práticas urbanas, sociais, culturais. As elites dirigentes brasileiras e potiguares, defendiam a substituição de tudo o que estava incorreto, o tradicional, por novas regras em consonância com a harmonia, coerência e homogeneidade, tendo na cidade redimensionada, referências, apropriações de experiências educativas. A escola, especialmente o Grupo Escolar era o lugar propício devido sua condição de agrupamento, à implementação de práticas culturais dinâmicas, metodológicas e promissoras a disseminação de valores modernos e racionais.

Desta forma, o grupo escolar se afirma em organização e práticas como de uma cultura escolar diferenciada das Escolas de Primeiras Letras, da família e de práticas *ruaceiras*. Os muros à volta do edifício escolar, com belos gradis separando os jardins, escola, pátio de circulação, o espaço das atividades físicas, do movimento da rua; este novo elemento, o muro, figura como mais um aspecto da especialidade que se quer dar à nova maneira de conhecer a instrução primária. Assim, traz visibilidade às atribuições, especializações escolares, não só selando a diferença entre a escola, a casa e a rua, mas legitimando as funções especializadas de seus espaços, pelas diferenças do que se faz nas salas de aula, e no pátio cercado, na biblioteca, no museu, na diretoria.

Dentro das escolas de iniciativa privada destacamos a criação da Escola Doméstica em 1914, na cidade do Natal, portanto, no mesmo período de efervescência dos ideários de progresso e modernidade incentivadores da criação dos grupos escolares e com ele da renovação do ensino potiguar.

Esta escola foi idealizada pelo intelectual norte-rio-grandense, Henrique Castriciano, conhecido em sua atuação no campo da política, cultura e educação do Estado do Rio Grande do Norte. Este, depois de viajar a Europa com a intenção de conhecer as escolas na Suíça, voltou convicto a criar uma entidade no estado que auxiliasse os poderes públicos na instrução feminina e fundar uma escola destinada ao ensino feminino. Tal entidade denominou-se de Liga de Ensino, e aliado aos grupos ligados ao poder político consegue pôr em prática seus intentos, sem maiores dificuldades (Liga de Ensino do RN, 1927), entre eles, a criação da

Escola Doméstica com incentivos públicos, tanto na doação do espaço físico quanto à promoção financeira para a construção do edifício onde funcionaria a escola. Posteriormente o governo local também subsidiou o pagamento dos docentes, até que a escola conseguisse se estabilizar economicamente nos seus primeiros anos em funcionamento (A República, 05 de set.1914).

A escola tinha como objetivos fortalecer os saberes e as responsabilidades do lar, entremeados ao conhecimento cívico e pátrio, dignos da formação da mulher moderna e civilizada que contribuiria desde do lar na formação da nação dentro da *ordem e do progresso*, além do que:

A Escola Doméstica de Natal, na sua finalidade humana e patriótica, as alunas poderão, de futuro, influir beneficentemente na vida social do Brasil, incrementando o ensino e aperfeiçoamento das industrias caseiras e erguendo o nível mental do seu sexo. (Liga de Ensino do RN, 1914, p.6).

Esses são alguns aspectos que norteiam a busca em compreender qual o papel das escolas na inserção de Natal no mundo moderno. No imaginário dos republicanos históricos, incluindo os dirigentes potiguares, tal como aconteceu com as lutas nacionais pela Proclamação da Independência, a abolição dos escravos, a instituição do trabalho livre assalariado e a implantação do regime republicano, pareciam resistir às mudanças, mas encontraram solução, assim também, se fazia com a cultura e a educação.

Desta forma, no regime republicano, as representações próprias ao *mundo moderno*, ou seja, os processo sociais inovadores, constituíram-se como recurso de apropriações para as práticas educacionais modernas intrinsecamente relacionadas, e inseriram-se na institucionalização do movimento da chamada modernidade ocidental capitalista.

Dentro da crescente heterogeneidade social que se encontrava o Brasil e em especial o estado do Rio Grande do Norte, as representações elaboradas pelas elites dominantes orientavam a estruturação de amplos projetos de controle e homogeneização cultural, que passava não só pela estruturação de vias públicas, praças e outros serviços públicos, mas

inclusive, pela escola em suas metodologias e conteúdos, reinventando-as junto com a própria cidade (FARIA FILHO, 2000).

Sobre esse prisma convém destacar que esta reinvenção necessita de uma afirmação como nova forma escolar através da produção de novos espaços, práticas, ritos e símbolos escolares, produzindo e expressando, uma nova identidade o moderno, contrário aos símbolos ultrapassados do Império.

Neste sentido, os grupos escolares, a Escola Doméstica, em especial, ao disporem de um código, práticas inovadoras, singulares e específicas, constituíram-se em um local privilegiado para se darem apropriações culturais modernas, como estratégia de inovação educacional e fator de racionalidade e eficiências, observáveis e controláveis, pois, paulatinamente a educação escolar moderna, como registra Faria Filho (2000, p.26), “se produzia ao produzir a sociedade”. No desafio da afirmação e incorporação de diversas experiências sociais para produzir o homem republicano moderno e civilizado, a escola, especificamente o grupo escolar, como parte do social, singularizava em suas práticas, não somente o conjunto de reformas, decretos, leis e projetos, mas expressões de concepções de sociedade e vida no plano material, simbólico e cultural, no contexto social em modernização.

Os idealizadores do novo estado em que se inscreve o ensino republicano preocupam-se em fabricar uma nacionalidade, assim recriar novos códigos para a civilidade, inventar tradições (HOBBSAWM, 2002) demonstradas na “utilização da bandeira, do hino, dos selos nacionais [...]”.(MOTTA, 1998, p.85). Entre as representações, produziram e reproduziram signos próprios de uma nova linguagem, ações e identificação com a modernidade quando da necessidade de se inventar tradições que reafirmem o governo republicano. É o período da história tradicional positivista, a “história oficial celebrativa” que recorre aos heróis e aos “estereótipos oficiais” para manutenção de seu *status quo* (BOSI, 1994).

Seria a intenção de enquadrar os heróis e seus feitos como sendo a essência da memória nacional e desta forma trabalhando para sua manutenção. Cria-se através destes o que a sociologia chama de identidade coletiva, isto é, um determinado grupo dominante trabalha em torno de determinados símbolos para que cada elemento do grupo maior sinta-se parte dele em meio a um sentimento de unicidade, continuidade dentro de uma coerência plausível (POLLAK, 1992).

As lembranças, signos, símbolos, hinos e monumentos que retratam a configuram-se em tradições inventadas pelo Estado Republicano, no intuito de tornarem-se junto a tantas outras, fontes fundadoras da identidade nacional. As comemorações de datas e seus símbolos permitiram afirmar a existência de uma unidade política, e sua continuidade temporal mesmo vista com valores do presente (MOTTA, p.86-87). Neste movimento histórico, o medo pelo novo vai se delineando, muitas vezes pelo retorno ao modelo antigo, considerado seguro para aí sim construir o novo, ou adaptá-lo, no dizer de Hobsbawm: “Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins” (2002, p.13).

Assim, a história das instituições escolares e suas representações modernas apresentam uma dimensão das representações desse passado em suas características e contradições. É entender o passado como resultado dos conflitos de interesses individuais e coletivos, destacando as potencialidades e limites de cada um dentro do contexto histórico e social.

No dizer de Hobsbawm (2002), a necessidade em se construir tradições ou inventar tradições para regulamentar os vários nacionalismos que surgiram a partir do século XIX, foi a preocupação dos republicanos potiguares e os que vieram depois as usaram para manter a nação em novos tempos de configuração do moderno no modelo nacional , também por meio da escola.

REFERÊNCIAS

A REPÚBLICA. Natal, (RN), 1907-1910.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: vida, educação política. São Paulo, 1995. 198p. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo, 1995).

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte**: da Colônia à Primeira República. Natal: Pró-Reitoria de Assuntos de

Extensão Universitária, 1982. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Campinas.

BITTENCOURT, Paul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.19, n. 49, jan./mar. 1953.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Tradução Maria Lourdes de Menezes. 2..ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo- RS: UFP, 2000.

GONDRA, José Gonçalves. **Entre os frutos e o arvoredo: a docência no Projeto Educacional republicano (1890-1896)**. In: SEMINÁRIO/DOCÊNCIA, MEMÓRIA E GÊNERO, São Paulo: FEUSP, Ed. Plêiade, 1997.

HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INSTRUÇÃO, primária. **A República**, Natal, 02.07.1908.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Marcos de Castro. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LIGA DE ENSINO DO RN. **Estatuto de Fundação da Escola Doméstica de Natal**. Natal/Rn: Typ. E Pap. A. Leite, 1927.

LIMA, Nestor dos Santos . **Um século de Ensino Primário**. Natal: Typographia d' A República, 1927.

MOREIRA, Keila Cruz. **Grupos escolares: modelo cultural de organização (superior) da instrução primária (Natal, 1908-1913)**. 1997. 60f. Monografia (Especialização em educação) – Universidade Federal do Rio do Norte, Natal, 1997.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **História: pensar e fazer**. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: 1998. p73-134.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In.: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

NUNES Clarice . **Articulação teórica-empírica na pesquisa histórica**: Notas de estudos. Série Documental: Eventos, MEC/INEP, Brasília, n.6, p.54-67. Abr. 1995.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-212. 1992.

RIO GRANDE DO NORTE. LEIS E DECRETOS. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas**. Anno de 1913. Natal, Typografia Comercial J. Pinto & Cia. 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. LEIS E DECRETOS. **Regimento Interno do Grupo Escolar “Augusto Severo”**. Anno de 1908. Natal, Typ. d' A República, 1908.